

INTERSECCIONALIDADE E SUA PLURALIDADE CONCEITUAL: UM QUADRO COMPARATIVO ENTRE AUTORAS

Maylla Monnik Rodrigues de Sousa Chaveiro¹

Recebido em: 22/10/2023

Aprovado em: 20/12/2023

Resumo: A interseccionalidade é uma ferramenta teórico-metodológica formulada por mulheres negras a fim de compreender as múltiplas formas de opressão e desigualdade. A perspectiva interseccional tem sido amplamente utilizada na área das ciências humanas em discussões sobre justiça social e igualdade de direitos. Deste modo, o objetivo deste artigo é apresentar um quadro conceitual comparativo de teorias e conceitos de interseccionalidade para uma melhor compreensão dos compromissos epistemológicos e políticos de cada uma delas, colaborando para a construção do conhecimento. Trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico, em que foram selecionados textos das autoras: Mary Garcia Castro, Lélia Gonzalez, Kimberlé Crenshaw, Adriana Piscitelli, Maria Lugones, Danièle Kergoat e Carla Akotirene. A partir destas teorias, apresentamos uma sistematização das contribuições de cada uma, tanto das categorias que antecederam a construção do conceito de interseccionalidade, quanto as contribuições mais recentes que adotaram essa terminologia. Nossa análise mostrou que o conceito de interseccionalidade é polissêmico e se insere em um campo teórico híbrido delimitado a partir de diferentes compromissos políticos e epistemológicos. Por fim, concluímos que é fundamental considerar as relações étnico-raciais como intrínsecas ao conceito de interseccionalidade, pois foi criado por mulheres negras a fim de reparar opressões, entre elas, o racismo.

Palavras-chave: Interseccionalidade. Conceitos. Quadro comparativo. Pesquisa bibliográfica.

INTERSECTIONALITY AND ITS CONCEPTUAL PLURALITY: A COMPARATIVE CHART BETWEEN AUTHORS

Abstract: Intersectionality is a theoretical-methodological tool formulated by black women in order to understand the multiple forms of oppression and inequality. The intersectional perspective has been widely used in the area of human sciences in discussions about social justice and equal rights. Therefore, the objective of this article is to present a comparative conceptual framework of theories and concepts of intersectionality for a better understanding of the epistemological and political commitments of each of them, contributing to the construction of knowledge. This is a bibliographical research, in which texts by the authors were selected: Mary Garcia Castro, Lélia Gonzalez, Kimberlé Crenshaw, Adriana Piscitelli, Maria Lugones, Danièle Kergoat and Carla Akotirene. Based on these theories, we present a

¹ Doutora pelo Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre e Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Psicóloga clínica, docente e pesquisadora nas áreas de relações étnico-raciais, interseccionalidade e políticas públicas. Email: maylla.chaveiro@gmail.com. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-7581-105X>

systematization of the contributions of each one, both the categories that preceded the construction of the concept of intersectionality, and the more recent contributions that adopted this terminology. Our analysis showed that the concept of intersectionality is polysemic and fits into a hybrid theoretical field delimited from different political and epistemological commitments. Finally, we conclude that it is essential to consider ethnic-racial relations as intrinsic to the concept of intersectionality, as it was created by black women in order to repair oppression, including racism.

Keywords: Intersectionality. Concepts. Comparative board. Bibliographic research.

LA INTERSECCIONALIDAD Y SU PLURALIDAD CONCEPTUAL: UN CUADRO COMPARATIVO ENTRE AUTORAS

Resumen: La interseccionalidad es una herramienta teórico-metodológica formulada por mujeres negras para comprender las múltiples formas de opresión y desigualdad. La perspectiva interseccional ha sido ampliamente utilizada en el área de las ciencias humanas en discusiones sobre justicia social e igualdad de derechos. Por lo tanto, el objetivo de este artículo es presentar un marco conceptual comparativo de teorías y conceptos de interseccionalidad para una mejor comprensión de los compromisos epistemológicos y políticos de cada uno de ellos, contribuyendo a la construcción de conocimiento. Se trata de una investigación bibliográfica, en la que se seleccionaron textos de las autoras: Mary García Castro, Lélia González, Kimberlé Crenshaw, Adriana Piscitelli, María Lugones, Danièle Kergoat y Carla Akotirene. A partir de estas teorías, presentamos una sistematización de los aportes de cada una, tanto de las categorías que antecedieron a la construcción del concepto de interseccionalidad, como de los aportes más recientes que adoptaron esta terminología. Nuestro análisis mostró que el concepto de interseccionalidad es polisémico y encaja en un campo teórico híbrido delimitado por diferentes compromisos políticos y epistemológicos. Finalmente, concluimos que es esencial considerar las relaciones étnico-raciales como intrínsecas al concepto de interseccionalidad, tal como fue creado por mujeres negras para reparar la opresión, incluido el racismo.

Palabras clave: Interseccionalidad. Conceptos. Tablero comparativo. Investigación bibliográfica.

INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto de uma pesquisa de doutorado acerca das relações étnico-raciais, infâncias e marchas de valorização do cabelo crespo no Brasil (CHAVEIRO, 2023). Nesta tese, ao iniciar a elaboração de análises interseccionais acerca das experiências de mulheres negras, percebemos que há uma pluralidade de perspectivas sobre a própria noção de interseccionalidade, o que nos motivou a investigar de maneira mais cuidadosa seus vários sentidos para diferentes autoras.

A interseccionalidade tem sido uma ferramenta conceitual e metodológica bastante utilizada na área das ciências humanas no que tange as discussões sobre justiça social e igualdade de direitos frente à diversidade de identidades sociais, principalmente em relação às mulheres negras. O conceito de interseccionalidade é

polissêmico, se insere em um campo teórico híbrido delimitado a partir de diferentes compromissos políticos e epistemológicos. Com efeito, este artigo tem o objetivo de apresentar uma breve revisão bibliográfica ilustrando a pluralidade de compreensões dos diferentes níveis de análise adotados por algumas autoras, como etapa preliminar para uma análise interseccional acerca das infâncias.

Isto porque, assim que identificamos os sistemas interseccionais de subordinação aos quais as mulheres negras podem estar submetidas, torna-se mais plausível construir estratégias antirracistas e antissexistas, reinventando saberes e práticas capazes de orientar metodologias distantes do pensamento colonial acerca das infâncias e das crianças. Em outras palavras, o processo de potencialização de mulheres negras recai sobre a emancipação afro-existencial de crianças negras na diáspora, por exemplo com os movimentos sociais de empoderamento crespo.

Desse modo, entendemos que os movimentos negros, além de disseminar reflexões interseccionais, também colaboram para a conscientização histórica do protagonismo epistêmico da população africana o que influencia no empoderamento e no fortalecimento de mulheres negras. Talvez, uma das primeiras reivindicações de característica interseccional tenha se dado a partir do discurso de Sojourner Truth (DAVIS, 2005; SIMIET, 2015; TRUTH, 1851). Abolicionista negra, proferiu seu impactante discurso *“E não sou eu uma mulher?”* Em 1851 na Convenção dos Direitos da Mulher, em Ohio nos Estados Unidos da América. Sojourner argumentava que naquela ocasião, enquanto as mulheres brancas estavam exigindo direitos, as mulheres negras sequer eram reconhecidas como mulheres:

Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e também aguentei as chicotadas! E não sou mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida

como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher? (TRUTH, 1851)².

O pensamento inerente à questão levantada por Sojourner Truth envolve reivindicação de visibilidade e igualdade de direitos pelas mulheres negras, pois estas estavam lutando pela libertação da opressão racista e da opressão sexista, enquanto mulheres brancas em uma sociedade fundamentada pelo racismo estrutural não sofriam tais práticas discriminatórias em suas experiências. Levando em consideração que esta tese analisa as infâncias e relações étnico-raciais, é importante destacar outro aspecto da experiência de Sojourner Truth: sua denúncia à condição da maternidade em mulheres negras no período escravocrata ao expor que teve seus filhos vendidos.

A infância negra brutalmente escravizada situa o entrelaçamento da opressão de gênero e raça com o tema da maternidade, pois as mulheres negras além de servirem como mão de obra no sistema escravagista, também eram forçadas a serem reprodutoras e depois eram obrigadas a se separar de seus filhos (DAVIS, 2005; VASCONCELOS, 2014). O discurso de Sojourner Truth já denunciava as contradições de uma luta por igualdade de direitos que não considerasse as especificidades de mulheres negras em decorrência da violência colonial escravagista. Além disso, seu pensamento parece conduzir também às reflexões sobre interseccionalidade e sobre as condições existenciais da infância escravizada.

Mesmo com as reivindicações precisas de Sojourner Truth, a perspectiva de luta pelo combate à violência seguiu priorizando as discussões de gênero. A expressão transversalidade de gênero foi difundida nos movimentos feministas, sendo proposta em vários eventos internacionais politicamente relevantes para os movimentos feministas: na primeira Conferência Mundial de Mulheres (México, 1975), e posteriormente em conferências como a Convenção para Eliminação de todas as formas de discriminação contra a Mulher (Cedaw, 1979), a Conferência Internacional sobre a Mulher, em Nairóbi (1985), a Conferência de Beijing (1995) e a de Beijing +5 (2000). Ressaltamos que foi na IV Conferência Mundial das Mulheres, em Beijing (1995), que a transversalidade de gênero foi designada por “gender mainstreaming” e

² Essa citação foi extraída e adaptada da tradução do discurso de Sojourner Truth (1851) e encontra-se disponível em: <https://www.geledes.org.br/sojourner-truth-traz-duro-discurso-contra-invisibilidade/>.

adotada como estratégia para garantir para as mulheres melhores condições em diferentes esferas da sociedade (BANDEIRA; ALMEIDA, 2013).

Nesse sentido, a interseccionalidade é também uma prática voltada à superação de desigualdades, por meio da luta antirracista, antipatriarcal e anticapitalista. Para além do campo teórico, interseccionalidade também se encontra no campo da *práxis* das lutas anticoloniais. Como exemplo, apresentamos o Coletivo *Combahee River*, composto por mulheres negras, marcado por um forte engajamento público, e uma proposição política autônoma. Este coletivo de mulheres negras teve o nome inspirado em um ato heroico de Harriet Tubman, que em 1863 libertou 750 pessoas negras escravizadas perto do Rio Combahee, na Carolina do Sul. O Coletivo *Combahee River* colocava em prática a luta contra a violência simultaneamente racista e sexista nos Estados Unidos na década de 1980.

Por volta de 1980, algumas das principais ideias forjadas no contexto do ativismo de mulheres negras foram cristalizadas em panfletos, poesias, ensaios, coletâneas, arte e outras obras. Em 1982, o Coletivo *Combahee River*, um pequeno grupo de mulheres afro-americanas de Boston, publicou um manifesto chamado *A Black Feminist Statement*, que apresentou uma declaração mais abrangente do quadro de políticas do feminismo negro (*Combahee-River-Collective*, 1995). Esse documento inovador argumentava que uma perspectiva que considerasse somente a raça ou outra com somente o gênero avançariam em análises parciais e incompletas da injustiça social que caracteriza a vida de mulheres negras afro-americanas, e que raça, gênero, classe social e sexualidade, todas elas, moldavam a experiência de mulher negra. O manifesto propunha que os sistemas separados de opressão, como eram tratados, fossem interconectados. Porque racismo, exploração de classe, patriarcado e homofobia, coletivamente, moldavam a experiência de mulher negra, a libertação das mulheres negras exigia uma resposta que abarcasse os múltiplos sistemas de opressão (COLLINS, 2017, p. 07).

As sociólogas Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2016) investigam o surgimento, o crescimento e os contornos do conceito de interseccionalidade, mostrando como as estruturas interseccionais abordam temas diversos acerca dos direitos humanos, trazendo um potencial para mudanças sociais. As autoras apontam também que a interseccionalidade simboliza uma síntese entre a efervescência dos movimentos sociais com o conhecimento acadêmico crítico.

A autora Gabriela Kyrillos (2020) ressalta a importância da contextualização histórica e a análise dos antecedentes do conceito de interseccionalidade. Sobre este aspecto, ela aponta:

Desse modo, considerar a história da interseccionalidade como tendo iniciado a partir do momento em que o termo foi nomeado por Crenshaw em 1989 é apagar uma parcela altamente relevante da história e do propósito do próprio conceito, sua *práxis* crítica (KYRILLOS, 2020, p. 08).

Nesse sentido, no presente artigo, elaboramos um quadro conceitual a fim de sintetizar as principais teorias interseccionais, apresentando: 1) quais eram os modelos vigentes que impulsionaram a formulação das teorias de cada autora; 2) quais as categorias e conceitos propostos por cada autora; 3) qual é a perspectiva crítica central de cada teoria. Este quadro conceitual comparativo de teorias e conceitos de interseccionalidade atua para uma melhor compreensão dos compromissos epistemológicos e políticos de cada uma delas, colaborando para a construção do conhecimento. Trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico, em que foram selecionados textos das autoras: Mary Garcia Castro, Lélia Gonzalez, Kimberlé Crenshaw, Adriana Piscitelli, Maria Lugones, Danièle Kergoat e Carla Akotirene.

A partir destas teorias, apresentamos uma sistematização das contribuições de cada uma, tanto das categorias que antecederam a construção do conceito de interseccionalidade, quanto as contribuições mais recentes que adotaram essa terminologia. Nossa análise mostrou que o conceito de interseccionalidade é polissêmico e se insere em um campo teórico híbrido delimitado a partir de diferentes compromissos políticos e epistemológicos. Por fim, concluímos que é fundamental considerar as relações étnico-raciais como intrínsecas ao conceito de interseccionalidade, pois foi criado por mulheres negras a fim de reparar opressões, entre elas, o racismo.

INTERSECCIONALIDADE(S) E SEUS VÁRIOS SENTIDOS

A expressão interseccionalidade foi cunhada por Kimberlé Crenshaw (1989, 2002), ativista negra estadunidense e advogada defensora dos direitos humanos, em

especial, dos direitos das mulheres em escala global. O termo foi *cunhado em seu ensaio de 1989: "Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics"*³. Neste estudo, a autora analisou o modo como múltiplas opressões podem ser vivenciadas.

Os trabalhos de Kimberlé tornaram-se grandes referências, no Brasil e também em outros países, destacando-se o texto intitulado: *Documento para encontro de especialistas em Aspectos da Discriminação Racial relativos ao Gênero*⁴ no qual ela desenvolve algumas das ideias principais relacionadas à interseccionalidade.

Atualmente, é possível encontrar um vasto campo de pesquisas embasadas no conceito de interseccionalidade. Entretanto, essa pluralidade exige que, antes de utilizá-lo como ferramenta de análise, seja necessário situar sua abrangência teórica.

A seguir, apresentamos uma sistematização das contribuições de algumas autoras relevantes nos cenários nacional e internacional, tanto das categorias que antecederam a construção do conceito de interseccionalidade, (ou da perspectiva interseccional) quanto as contribuições mais recentes que adotaram essa terminologia a partir dos anos 2000. Fazemos essa distinção, para ressaltar que na obra de autoras dos anos 1980 e 1990 é possível constatar a existência de várias ideias e categorias que revelam a consciência crítica das interações entre os marcadores da diferença. As autoras selecionadas são: Mary Garcia Castro, Lélia Gonzalez, Kimberlé Crenshaw, Adriana Piscitelli, Maria Lugones, Danièle Kergoat e Carla Akotirene.

A socióloga brasileira Mary Garcia Castro (1992) elabora seu conceito de interseccionalidade dialogando com a concepção de que é lugar comum na literatura feminista a disputa entre gênero e classe. Ela destaca que o modelo de simbiose proposto por Saffioti (1992), o qual sugere fusão ou anulação de uma categoria pela outra, não alcança a diversidade na combinação de categorias. Defende que é necessário reconhecer a pluralidade dos sistemas de privilégios, inserindo as categorias de raça, gênero e geração, afastando-se de explicações causais e lineares ordenadas pela questão de classe.

³ Tradução: Desmarginalizando a Intersecção entre Raça e Sexo: Uma Crítica Feminista Negra à Doutrina Antidiscriminação, Teoria Feminista e Política Antirracista.

⁴ Esse texto foi publicado pela Revista Estudos Feministas (REF), v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

Nesse sentido, a autora propõe como alternativa que o entrelaçamento de categorias seria melhor ressaltado por meio da noção de *alquimia das categorias sociais e o eu dividido* (CASTRO, 1992, p. 58-59). A metáfora se inspirou no trabalho do alquimista que, partindo da premissa de que haveria uma matéria-prima comum a todos os metais, realiza a combinação de elementos como ferro e cobre para a produção de um elemento superior como o ouro. Assim como o alquimista aglutina elementos para uma transformar a natureza, o alquimista de categorias sociais ressalta o entrelaçamento de sistemas de privilégios que convergem em especificidades, distanciando sua análise de modelos puros.

Lélia Gonzalez (1988), antropóloga e ativista negra brasileira desenvolveu a categoria de *amefricanidade* no cenário de propagação das teorias pós-coloniais as quais questionam o cânone do conhecimento hegemônico eurocentrado. A autora endossa sua crítica apontando que a formação histórico-cultural do Brasil e outros países da América Latina não é composta de processos de constituição de subjetividade aos moldes do pensamento europeu e branco. Lélia desenvolveu uma discussão importante sobre racismo disfarçado e racismo por denegação, miscigenação e democracia racial.

Ela afirma que a presença da cultura africana no continente americano possibilita a proposição da categoria *amefricanidade* como estratégia de ação a partir da necessidade de pensar “desde dentro” as culturas indígenas e africanas como resistência. Nas palavras de Lélia Gonzalez:

Para além do seu caráter puramente geográfico, a categoria de Amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada, isto é, referenciada em modelos como: a Jamaica e o akan, seu modelo dominante; o Brasil e seus modelos Yorubá, banto e ewe-fon. Em consequência, ela nos encaminha no sentido da construção de toda uma identidade étnica. Desnecessário dizer que a categoria de Amefricanidade está intimamente relacionada àquelas de Panafricanismo, “Négritude”, “Afrocentricity” etc. (GONZALEZ, 1988b, pp. 76-77).

As contribuições de Lélia Gonzalez refletem a influência do pensamento de um dos precursores das teorias pós-coloniais e diaspóricas, o psiquiatra Frantz Fanon⁵ (2008). A autora desenvolveu críticas muito contundentes à objetificação da mulher negra no cenário brasileiro analisando o modo como a disseminação de estereótipos negativos funcionam como uma perpetuação da violência (2014). Nesse sentido, sua categoria *amefricanidade* é muito rica para se pensar as intersecções a partir da perspectiva da raça. A autora realizou análises em torno da convergência entre as categorias de gênero, classe social e raça/etnia, embora não tenha mencionado o conceito de interseccionalidade. Nesse sentido, poderíamos relacionar o modo como Lélia Gonzalez tenha elaborado seus estudos com os posicionamentos de Sueli Carneiro no seguinte trecho:

Eu nunca usei esse conceito porque eu sou muito anterior à emergência dele, embora os sentidos que ele carrega estejam presentes nos meus textos e de outras mulheres negras da minha geração. Quando Crenshaw chegou com esse debate da interseccionalidade, eu já estava com essa concepção consolidada de feminismo negro (CARNEIRO, 2017, p. 18).

Conforme mencionado anteriormente, a jurista e ativista negra norte-americana Kimberlé Crenshaw foi responsável por cunhar o termo e elaborar uma definição de interseccionalidade que tem sido amplamente incorporada nos estudos feministas. De acordo com a autora:

A associação de sistemas múltiplos de subordinação tem sido descrita de vários modos: discriminação composta, cargas múltiplas, ou como dupla ou tripla discriminação. A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177).

⁵ Nascido na Martinica, de ascendência africana e francesa, foi um pensador antirracista e também psiquiatra, filósofo, cientista social que influenciou diversos movimentos políticos e teóricos na África e inspirando inúmeras análises sobre a Diáspora Africana.

Para além das formulações teóricas de Crenshaw, há também outras abordagens do conceito. Por exemplo, a filósofa argentina María Lugones (2008, 2014) problematiza o conhecimento fundado e difundido a partir da lógica categorial dicotômica e hierárquica herdada do pensamento capitalista moderno e ocidental. Sua crítica a respeito do conceito de interseccionalidade nesses aspectos pode ser vista como uma tentativa de representar categorias homogêneas, atomizadas e separáveis. Assim, o/a representante privilegiado/a de cada categoria é responsável por caracterizá-la, por exemplo: mulher (representa mulher branca), *negro* (representa homem negro) e indígena (representa homem indígena). Então a intersecção da categoria *mulher* com a categoria *negro* mostra-nos a ausência das mulheres negras – e não sua presença. Em síntese, do seu ponto de vista, a separação categorial da perspectiva interseccional, resulta na separação de categorias que, na prática, são inseparáveis.

Como contraproposta a essa visão tradicional, Lugones se baseia no modelo de colonialidade do poder de Aníbal Quijano (2005), propondo uma análise dos processos de entrelaçamento de raça e gênero, ou seja, a colonialidade de gênero, a fim de compreender o *locus* fraturado dos agentes colonizados seja como oprimido, seja como concomitantemente resistente. Apresenta a lógica de coalizão como alternativa à lógica categorial, constituída por meio do compartilhamento das histórias de mulheres como resistência e protagonismo de suas próprias trajetórias de vida.

A socióloga francesa Danièle Kergoat (2010) propõe seu conceito de interseccionalidade tendo como pano de fundo concepções que se inserem como tentativa de desconstruir o suposto universalismo e destacar a heterogeneidade das mulheres através dos questionamentos do feminismo negro e pelas teorias pós-coloniais. Sobre esse cenário, a autora destaca que, atualmente, o conceito de interseccionalidade tornou-se uma espécie de “receita” que coloca as categorias em posições fixas naturalizadas e mascara as relações sociais dentro das quais essas categorias foram construídas. A autora aponta que, ao trabalhar com tais categorias, ainda que em intersecções, é possível tornar alguns fatores de dominação e de resistência invisíveis.

Outra crítica formulada por Danièle ao conceito de interseccionalidade, é que há um privilégio do entrecruzamento entre as categorias raça e gênero, enquanto a classe social é referenciada somente para não ser totalmente desconsiderada. Assim, questiona a multiplicidade de categorias pela noção “geométrica” de intersecção, pois esta seria responsável por mascarar as relações sociais centrais e transversais (classe, raça e gênero).

O conceito proposto por Danièle como alternativa à ideia tradicional de interseccionalidade é a noção de consubstancialidade como uma forma de leitura da realidade social que implica no entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto de relações sociais. Esta noção permite compreender que não há relação social primordial que tenha prioridade sobre outra objetivando assim, desnaturalizar as construções que se baseiam na diferenciação das desigualdades, sem perder de vista a dimensão concreta das relações sociais.

A metáfora da espiral foi elaborada pela autora para ressaltar que a realidade não se fecha em si mesma, enxergando suas interpenetrações que formam um nó no interior de cada grupo. A autora propõe: 1) um imperativo materialista, tratando as categorias de classe, raça e gênero como relações de produção; 2) um imperativo histórico, pois a historicização possibilita compreender o caráter dinâmico das relações sociais; 3) definir as variáveis invariantes nos princípios de fundamento das relações sociais; e 4) subversão coletiva das relações sociais.

A antropóloga argentina, Adriana Piscitelli (2008) interpreta, por sua vez, o conceito de interseccionalidade como ferramenta relacional para compreender a produção de sujeito na nova ordem global. A autora analisa os movimentos migratórios como contexto capaz de evidenciar várias especificidades da articulação entre gênero, sexualidade, raça e etnicidade/nacionalidade para compreender as experiências de migrantes brasileiras, fundamentando-se no pensamento da indiana Avtar Brah, professora de sociologia e especialista em questões de raça, gênero e identidade étnica. Adriana Piscitelli (2008) aponta alguns aspectos importantes na teoria de Brah que lhe oferecem embasamento teórico para articular o marcador da nacionalidade à interseccionalidade a partir de experiências das migrantes abordadas em seu estudo:

A autora afirma que a procura de grandes teorias especificando as interconexões entre racismo, gênero e classe tem sido pouco produtiva. Essas interconexões seriam melhor compreendidas como relações contextuais e dependentes/contingentes (*contingents*), em termos históricos. Ela considera que analisar as interconexões entre racismo, gênero, classe, sexualidade etc. requer levar em conta a posição de diversos racismos, um em relação aos outros. No que se refere aos processos de racialização, assinala que não sempre têm lugar em uma matriz simples de bipolaridades, de negatividade ou positividade, de inclusão ou exclusão. Em um contexto racializado, todas as sexualidades estão inscritas em matrizes racializadas de poder, mas os encontros racializados também têm lugar em espaços de profunda ambivalência, admiração, inveja, desejo. A proposta de Avtar Brah é trabalhar, não com gênero como categoria analítica, como, por exemplo, Scott, mas com ‘diferença’ como categoria analítica (PISCITELLI, 2008, p. 269).

A autora brasileira Carla Akotirene, assistente social e pesquisadora da epistemologia de gênero e relações étnico-raciais, afirma que interseccionalidade é uma ferramenta teórica e metodológica para refletir sobre as articulações decorrentes do entrelaçamento entre racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, considerando que tal ferramenta foi formulada pelo movimento de mulheres negras (AKOTIRENE, 2018). Ou seja, o protagonismo em se pensar estas articulações pertence às mulheres negras em decorrência de suas próprias vivências, desse modo, torna-se imprescindível uma visão afrocêntrica para guiar teoricamente tais encruzilhadas epistemológicas. No livro “O que é Interseccionalidade?” Ela afirma:

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias onde mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça, classe – modernos aparatos coloniais (AKOTIRENE, 2018, p. 14).

Nesta perspectiva, uma das críticas centrais de Carla Akotirene é que a noção de interseccionalidade vem sendo esvaziada de sua marcação racial e de seu comprometimento com as lutas antirracistas as quais fundamentaram seu contexto de criação. Para a autora, um saber interseccional é permeado pela sensibilidade a fim de compreender a complexidade inerente à existência. De acordo com seu ponto de vista (2019):

Há 30 anos a pensadora negra estadunidense Kimberlé Crenshaw não previu o quão longe o seu termo *interseccionalidade* viajaria nas ciências humanas e pautas identitárias. Ao sistematizar o “conhecimento situado de mulheres negras” como instrumento normativo, propôs a interseccionalidade como uma sensibilidade hermenêutica no campo da teoria crítica feminista de raça, sobre em quais condições jurídicas, estruturais e subjetivas, mulheres negras poderiam ser representadas por si mesmas e compreendidas nos tribunais. Contudo, a interseccionalidade vem atravessando o século XXI disputada no léxico, em escala global por movimentos identitários, grupos acadêmicos, programas de governos, à revelia da capacidade heurística contestar perdas das garantias fundamentais do grupo particular (s/p).

O conceito de interseccionalidade proposto por Carla Akotirene é embasado em uma afroperspectiva, uma forma de construir conhecimento por meio de epistemologias não-ocidentais. Esta teoria elaborada por Molefi Asante na década de 1980 “considera os povos africanos em diáspora como sujeitos com poder de agenciar sua própria imagem cultural e agindo de acordo com seus próprios interesses” (ASANTE, 2009, p. 93). Sua elaboração do conceito de interseccionalidade parte da luta antirracista e de paradigmas alicerçados por teorias filosóficas afroperspectivistas. Nesse sentido, para a autora, a cosmovisão pluralista dos saberes africanos são pilares para construir reflexões interseccionais com outros marcadores sociais da diferença. Isso justifica suas críticas ao embranquecimento do conceito de interseccionalidade. Em entrevista concedida a ao GELEDÉS, Instituto da Mulher Negra, Akotirene constata:

Interseccionalidade é uma ferramenta metodológica disputada na encruzilhada acadêmica. Trata-se de oferenda analítica preparada pelas feministas negras. Conceitualmente ela foi cunhada pela jurista estadunidense, a professora da teoria crítica de raça Kimberlé Crenshaw, no âmbito das leis antidiscriminação. Sensibilidade analítica, a interseccionalidade completa no próximo semestre 30 anos, quando a sua proponente teorizou a sugestão histórica pensada pelo movimento de mulheres negras. É uma ferramenta teórica e metodológica usada para pensar a inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, e as articulações decorrentes daí, que imbricadas repetidas vezes colocam as mulheres negras mais expostas e vulneráveis aos trânsitos destas estruturas. Infelizmente agora sofre os perigos do esvaziamento, pois caiu no gosto acadêmico das branquitudes. Fala-se

muito de feminismo interseccional sem trabalhar o paradigma afrocêntrico, de forma desconexa da origem, fundamento e propostas epistemológicas das feministas negras (AKOTIRENE, 2018, s/p).

Seguindo esse raciocínio, se o conceito de interseccionalidade foi historicamente elaborado a fim de reparar injustiças raciais sofridas por mulheres negras em uma sociedade que, além de sexista é também racista, torna-se fundamental para a autora, considerar as relações étnico-raciais em afroperspectiva como intrínsecas ao próprio conceito. Desse modo, preserva-se o conceito em seus objetivos iniciais quando proposto em 1989 por Kimberlé Crenshaw. Isso para não correr o risco de esvaziar o conceito afastando-o de seus pressupostos básicos.

Esta revisão bibliográfica sintetiza a construção do conceito de interseccionalidade e interroga os textos abordados quanto aos seus compromissos teórico-políticos e seu contexto histórico. Ressaltamos que os textos foram selecionados a partir de sua relevância e abrangência, ou seja, da sua incorporação na produção acadêmica nacional. Em seguida, cada texto foi submetido a três tipos de análise: 1) análise das noções conceituais fundamentais ao tema pesquisado em cada texto; 2) análise das críticas da autora sobre teses de outras autoras que são referidas; 3) análise da tese defendida pela autora quanto à sua definição do conceito de interseccionalidade, relacionando-a com as teses criticadas por ela. Abaixo, no quadro 1 segue um quadro com a síntese e a sistematização das categorias e definições do conceito de interseccionalidade, bem como das críticas, segundo as autoras citadas:

Quadro 1 – Interações: categorias e conceitos propostos, modelos vigentes e perspectiva crítica

AUTORA	MODELO PREDOMINANTE	CATEGORIAS E CONCEITOS PROPOSTOS	PERSPECTIVA CRÍTICA
Lélia González (1988)	Teorias exclusivamente brancas, europeias e estadunidenses	Amefricanidade: Pensar “desde dentro” as culturas indígenas e africanas como resistência enquanto estratégia de ação. A presença da cultura africana no continente americano possibilita a	A formação histórico-cultural do Brasil e outros países da América Latina não é composta de processos de constituição de subjetividade aos

		proposição dessa categoria como efeitos conjuntos do racismo, colonialismo, imperialismo (p. 71).	moldes do pensamento europeu e branco. Racismo disfarçado ou por denegação, miscigenação e democracia racial.
Mary Garcia Castro (1992)	Modelos anteriores sugerem fusão ou anulação de uma categoria pela outra e não alcançam a diversidade na combinação de categorias.	Alquimia das categorias sociais: Ressalta o entrelaçamento de sistemas de privilégios que convergem em especificidades, distanciando sua análise de modelos puros.	É necessário reconhecer a pluralidade dos sistemas de privilégios, inserindo as categorias de raça, gênero e geração, afastando-se de explicações causais e lineares ordenadas pela questão de classe.
Kimberlé Crenshaw (1989, 2002)	Disseminação de discursos políticos e práticas culturais que violam os direitos humanos para as mulheres.	Interseccionalidade: Um conceito que “busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas de interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (p. 177). Utiliza a metáfora do cruzamento de avenidas em que estas seriam eixos de poder (gênero, raça, classe, etnia) pois nelas pessoas trafegam de acordo com sua localização, cruzando esses marcadores.	Os aspectos de gênero da discriminação racial e os aspectos raciais da discriminação de gênero não são apreendidos pelos discursos dos direitos humanos.
Adriana Piscitelli (2008)	O debate sobre interseccionalidade se situa em torno da articulação de diferenciações que, de maneira geral, varia em torno do	Interseccionalidade: ferramenta relacional para compreender a produção de sujeito na nova ordem global. Inclui movimentos migratórios como contexto para articulação entre gênero, sexualidade, raça e	O conceito de interseccionalidade segundo Crenshaw funde as ideias de diferença com desigualdade, aborda a concepção de poder como sendo uma propriedade que

	eixo diferença-poder.	etnicidade/nacionalidade para compreender experiências de migrantes brasileiras.	algumas pessoas possuem e outras não, ou seja, não considera o poder como uma relação que se altera produzindo também resistência. Em suma, interseccionalidade nesses moldes reforça a noção de sujeitos carentes de agência.
María Lugones (2008, 2014)	Lógica categorial dicotômica e hierárquica herdada do pensamento capitalista moderno e ocidental.	Colonialidade de gênero: propõe uma análise dos processos de entrelaçamento de raça e gênero para compreender o <i>lócus</i> fraturado dos agentes colonizados tanto como oprimidos, como resistentes.	Interseccionalidade propõe a separação categorial de categorias que são inseparáveis.
Danièle Kergoat (2010)	Tentativa de desconstruir o suposto universalismo e apresentar a heterogeneidade do grupo das mulheres por meio dos questionamentos do feminismo negro e pelas teorias pós-coloniais.	Consubstancialidade: entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto de relações sociais que permite compreender que não há relação social primordial que tenha prioridade sobre outra.	Atualmente, o conceito de interseccionalidade tornou-se uma espécie de “receita”. Ele coloca as categorias em posições fixas naturalizadas e mascara as relações sociais dentro das quais essas categorias foram construídas.
Carla Akotirene (2018)	Interseccionalidade agora sofre os perigos do esvaziamento, pois caiu no gosto acadêmico das branquitudes.	Interseccionalidade: Interseccionalidade é uma ferramenta metodológica disputada na encruzilhada acadêmica. Trata-se de oferta analítica preparada pelas feministas negras. É uma ferramenta teórica e metodológica usada para pensar a	Fala-se muito de feminismo interseccional sem trabalhar o paradigma afrocêntrico, de forma desconexa da origem, fundamento e propostas epistemológicas das feministas negras.

		inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, e as articulações decorrentes daí, que imbricadas repetidas vezes colocam as mulheres negras mais expostas e vulneráveis aos trânsitos destas estruturas.	
--	--	---	--

Fonte: Elaboração Própria.

A partir deste quadro ilustrativo podemos compreender que há várias interpretações distintas para a configuração das desigualdades e da constituição dos processos de (re)construção de identidades em suas dinâmicas. Desse modo, a definição epistemológica sobre interseccionalidade dos marcadores sociais da diferença é definida também a partir de vivências e de perspectivas teórico-políticas de suas comentadoras. Esta ferramenta conceitual, a qual opera em múltiplas combinações, tem sido muito utilizada para entender contextos de constituição de identidades de mulheres negras, lésbicas, pessoas transexuais, migrantes.

Sobre as interpretações plurais de interseccionalidade, vale a pena retomar as contribuições de Avtar Brah (2006), autora indiana com percurso de vida marcado por deslocamentos em diversos territórios e que desenvolveu trabalhos a partir da articulação entre gênero, raça, etnicidade e sexualidade. O ponto de vista de Avtar Brah contempla que: “as visões sobre diferença, poder e agência presentes nas diversas abordagens são mais importantes do que os termos que designam esses conceitos (interseccionalidade ou categorias de articulação)” (PISCITELLI, 2008, p. 269).

Defendemos neste artigo que, apesar da pluralidade conceitual no campo das epistemologias da interseccionalidade, é imprescindível reconhecer que esta noção foi desenvolvida e elaborada por mulheres negras. Ao examinar o vasto campo de estudos interseccionais, saliento neste artigo que os textos de Lélia Gonzalez e Carla Akotirene são elementares para se produzir conhecimento a partir da interseccionalidade na sociedade brasileira. Isto porque, ambas as autoras são mulheres negras e possuem um posicionamento epistemológico a partir do paradigma afrocêntrico para a elaboração

de suas análises, e em suas práticas cotidianas de vida e militância. Buscamos nos apoiar teórica e politicamente nas perspectivas interseccionais elaboradas por estas autoras, pois além da relevância e legado epistemológico para a literatura na área, estas intelectuais priorizam a cosmologia e ancestralidade africana em suas análises e interpretações da realidade.

Ou seja, o contexto histórico de surgimento da noção de interseccionalidade exige que, em qualquer análise interseccional, a categoria de raça e etnia seja considerada. Desse modo, mesmo que em pesquisas, por exemplo, sobre a interseccionalidade entre gênero, orientação sexual e classe; o lugar social das pessoas em relação à raça e etnia, deve ser incluído. Caso a pessoa seja branca, este lugar social deve ser considerado a partir do campo das epistemologias da branquitude (BENTO, 2022; SCHUCMAN, 2012), por exemplo. Esta argumentação justifica-se, pois ainda nos deparamos com pesquisas que se amparam na interseccionalidade, porém, evitam construir análises acerca da categoria raça e etnia quando se trata de pessoas brancas. Tais posturas fortalecem uma hierarquia racial e consolidam estereótipos racistas do mito da superioridade de pessoas brancas. Segundo bell hooks:

As mulheres brancas que dominam o discurso feminista – as quais, na maior parte, fazem e formulam a teoria feminista – têm pouca ou nenhuma compreensão da supremacia branca como estratégia, do impacto psicológico da classe, de sua condição política dentro de um Estado racista, sexista e capitalista (hooks, 2015, p. 196).

Desse modo, a despeito da pluralidade conceitual da noção de interseccionalidade, não há como fazer pesquisa interseccional sem elucidar o lugar social das pessoas nas relações étnico-raciais, refletindo o que significa ser negra/o, indígena ou branca/o no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta central deste artigo foi apresentar um quadro comparativo entre as distintas perspectivas de interseccionalidade em um processo sistemático de investigação. Este estudo visou elucidar os compromissos epistemológicos e políticos de cada uma delas, pois acreditamos que tal análise conceitual seja necessária para

que pesquisas futuras no campo científico-acadêmico tenham coerência interna com os pressupostos e contexto histórico do surgimento da interseccionalidade. Não tivemos a pretensão de esgotar esta investigação e propomos que novas pesquisas desta natureza sejam realizadas, acrescentando autoras e incluindo outros campos de análise.

Após realizarmos esta análise conceitual das perspectivas Mary Garcia Castro, Lélia Gonzalez, Kimberlé Crenshaw, Adriana Piscitelli, Maria Lugones, Danièle Kergoat e Carla Akotirene, concluímos que é fundamental considerarmos as relações étnico-raciais como intrínsecas ao conceito de interseccionalidade, pois este foi criado por mulheres negras a fim de reparar múltiplas opressões, entre elas, o racismo. Nesse sentido, expomos a necessidade de que pessoas brancas façam uma análise discutindo sobre seus privilégios históricos na categoria étnico-racial. Por exemplo, mesmo que mulheres lésbicas, pobres e brancas sofram machismo, lesbofobia e opressões de classe; ainda assim, possuem privilégios simbólicos e materiais em função de sua raça branca. Assim, com tal discussão, evitamos que o conceito de interseccionalidade seja esvaziado, como alerta Carla Akotirene (2018) no que tange à categoria étnico-racial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, Carla. Ferramenta anticolonial poderosa: os 30 anos de interseccionalidade. *Carta Capital*, 19 set. 2019. Disponível em: <https://encurtador.com.br/kzLO6>. Acesso em: 20 dez. 2019.

AKOTIRENE, Carla. O que é interseccionalidade? Entrevista concedida a Geledés, Instituto da Mulher Negra. *Geledés*, 08 set. 2018. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-que-e-interseccionalidade/>. Acesso em: 10 abr. 2019.

AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* Belo Horizonte: Letramento, Justificando, 2018.

ASANTE, Molefi. Afrocentricidade: Notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 93-110.

BANDEIRA, Lourdes Maria; ALMEIDA, Tânia Mara de Campos. A transversalidade de gênero nas políticas públicas. *Revista do Ceam*, v. 2, n. 1, jan./ jun. 2013.

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. Companhia das Letras, 2022.

CARNEIRO, Sueli. "Sobrevivente, testemunha e porta-voz". *CULT*, São Paulo, n. 223, p. 12-20, maio 2017. (Entrevista concedida à Bianca Santana)

CASTRO, Mary Garcia. Alquimia de categorias sociais na produção dos sujeitos políticos. Gênero, Raça e Geração entre Líderes do Sindicato de Trabalhadores Domésticos em Salvador. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, p. 57-74, 1992.

CHAVEIRO, Maylla M. R. de S. *Cabelos Crespos em Movimento(s): Infância e Relações Étnico-Raciais*. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Florianópolis, 2020.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, Chicago, p. 139-167, 1989.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Documento para encontro de especialistas em Aspectos da Discriminação Racial relativos ao Gênero. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Intersectionality*. Cambridge: Polity Press, 2016.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. *Parágrafo*, São Paulo, v. 5, n. 1, 2017.

DAVIS, Angela. *Mujeres, raza y clase*. Madrid: Akal, 2005.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988b.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. *Caderno de formação política do Círculo Palmarino*, Batalhas de ideias, n. 1, p. 12-20, 1988.

hooks, bell. "Mulheres negras: moldando a teoria feminista". *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, v. 1, n. 16, p. 193-210, jan./abr. 2015.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações de gênero. *Novos Estudos Cebrap*, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, São Paulo, n. 86, p. 93-103, 2010.

KYRILLOS, Gabriela M. Uma análise crítica sobre os antecedentes da interseccionalidade. *Revista Estudos Feministas*, v. 28, p. e56509, 2020.

LUGONES, María. Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, Bogotá, Colômbia, n. 9, p. 73-101, jul./ dez. 2008.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, set./ dez. 2014.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Rearticulando gênero e classe social. In: OLVEIRA, A.; BRUSCINI, C. (Orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 183-215.

SCHUCMAN, Lia. Vainer. *Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. Tese de doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2012.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278.

SMIET, Katrine. Post/secular truths: Sojourner Truth and the intersections of gender, race and religion. *European Journal of Women's Studies*, v. 22, n. 1, 2015.

TRUTH, Sojourner. Ain't I a Woman? *Fordham University*, 1851. Disponível em: http://www.fordham.edu/halsall/mod/sojtruth_woman.htm. Acesso em: 12 dez. 2019.

VASCONCELOS, Vania Maria Ferreira de. *No colo das iabás: raça e gênero em escritoras afro-brasileiras contemporâneas*. 2014. Tese (Doutorado em Literatura) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.